

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

191 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 15/01 a 19/01/2024

1. SESSÃO PLENÁRIA DO PARLAMENTO EUROPEU	1
Resolução sobre o conflito entre Israel e o Hamas	1
Debate sobre as prioridades da Presidência belga do Conselho da UE	1
Debate sobre os Conselhos Europeus e a situação na Hungria	2
Reforma da regras de governação económica	3
Implementação dos Tratados no que diz respeito aos Parlamentos nacionais	3
Aplicação das disposições do Tratado relativas à cidadania da UE	4
Influência da China em infraestruturas críticas	4
Streaming de música: justiça de mercado	5
Outros debates	5
2. CRISE NO MAR VERMELHO - AÇÃO DA UE	5
3. EU TOP JOBS	6
4. ELEIÇÕES PARA O PE - TEMAS PRINCIPAIS	7
5. "RUMO À NEUTRALIDADE CLIMÁTICA DA UE: PROGRESSOS, LACUNAS POLÍTICAS E OPORTUNIDADES"	8
6. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	8
7. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	9
Eurogrupo	9
Conselho de Assuntos Económicos e Financeiros (ECOFIN)	9
Conselho informal de Ambiente	9
8. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	9
Parlamento Europeu	9
Comissão Europeia	10
Conselho da União Europeia	10
Cooperação interparlamentar	10

1. SESSÃO PLENÁRIA DO PARLAMENTO EUROPEU¹

Resolução sobre o conflito entre Israel e o Hamas

O Parlamento Europeu (PE) adotou esta semana uma **resolução sobre o conflito entre o Israel e o Hamas** (312 votos a favor, 131 votos contra e 72 abstenções, detalhe e texto [aqui](#)) exigindo que todos os **reféns sejam imediata e incondicionalmente libertados** e que a organização terrorista **Hamas seja desmantelada**. Além disso, apela a um **cessar-fogo permanente e à retoma dos esforços no sentido de uma solução política**, condenando o ataque terrorista perpetrado pelo Hamas contra Israel, mas denunciando também a resposta militar desproporcional israelita, que causou um número de mortos civis a uma escala sem precedentes.

Expressando preocupação com a grave situação humanitária na Faixa de Gaza, o PE sublinha a necessidade urgente de um **acesso humanitário** pleno, rápido, seguro e sem entraves a toda a Faixa de Gaza.

Por outro lado, a resolução apela a uma iniciativa europeia para **relançar a solução de dois Estados** e o processo de paz. O PE manifestou o seu apoio à Iniciativa de Paz Árabe de 2002, que propõe uma plena normalização das relações entre o Estado de Israel e todos os Estados árabes em troca da retirada total de Israel de todos os territórios palestinianos e árabes ocupados desde 1967, incluindo os colonatos israelitas na Cisjordânia, que são ilegais à luz do direito internacional. Finalmente, a resolução sublinha o forte apoio da UE ao trabalho do Tribunal Penal Internacional e do Tribunal Internacional de Justiça.

Debate sobre as prioridades da Presidência belga do Conselho da UE

No dia 19, os Deputados debateram as [prioridades da presidência belga do Conselho da União Europeia](#) com o primeiro-ministro da Bélgica, Alexander De Croo (debate disponível [aqui](#)), num período que a Presidente do PE, Roberta Metsola, descreveu como "*crucial para a democracia europeia*" antes das eleições europeias de 6 a 9 de junho.

Em nome do Conselho, de Croo começou por afirmar que, se 2024 trouxer novamente a "*América em primeiro lugar*" com a eleição de Donald Trump como Presidente dos EUA, tal significa que será, mais do que nunca, a "*Europa sozinha*". Neste sentido, instou os Deputados a manterem a solidariedade com a **Ucrânia** e a continuarem a prestar apoio militar, salientando o carácter existencial da causa para os europeus.

Por outro lado, apelou à abertura dos mercados de capitais europeus para impulsionar a inovação e à criação de um Pacto Industrial, a par do Pacto Verde, referindo que "*As políticas climáticas da China e dos EUA contêm uma abundância de cenouras para a sua indústria, enquanto na Europa, brandimos demasiadas vezes o pau*".

No que diz respeito à **migração**, apelou a parcerias alargadas com países terceiros para os ajudar a tornarem-se mais estáveis. Relativamente ao conflito Israel/Gaza, defendeu um papel de mediação da UE e melhores condições para a ajuda humanitária.

Em nome da Comissão, o Vice-Presidente Executivo Maroš ŠEFČOVIČ sublinhou a necessidade de concluir dossiês legislativos fundamentais numa série de domínios, incluindo a **competitividade**, a **governança económica** e a **transição ecológica**. Recordou que a Comissão iria avaliar a meta climática para 2040 em fevereiro, no seguimento do **relatório** do Conselho Consultivo Científico Europeu para as Alterações Climáticas (cfr. ponto 5, *infra*), e apresentar uma estratégia sobre como proteger a Europa de forma mais eficaz contra o impacto das alterações climáticas em março.

No debate que se seguiu, os Deputados apresentaram as áreas de ação prioritárias dos respectivos grupos políticos, antecipando de alguma forma alguns dos temas que poderão marcar a campanha para as eleições europeias de junho, e.g. a proteção dos agricultores e defesa europeia (Benoît Lutgen, PPE, BE), o Pilar Europeu dos Direitos Sociais e a confirmação do acordo político sobre a diretiva relativa ao trabalho em

¹ Fonte: serviço de imprensa do PE.

plataformas (Iratxe García Pérez (S&D, ES)), a reforma dos Tratados para preparar o próximo alargamento, incluindo a criação de um Ministério dos Negócios Estrangeiros da UE (Hilde Vautmans (Renew, BE)), a aceleração da transição ecológica. (Philippe Lamberts (Verdes/ALE, BE)), impulsionar a indústria e a inovação e reduzir a burocracia (Geert Bourgeois (ECR, BE)), a oposição a uma alegada "agenda federalista" da presidência belga (Gerolf Annemans (ID, BE)), ou a oposição ao regresso de regras orçamentais rígidas (Marc Botenga (A Esquerda, BE)).

Debate sobre os Conselhos Europeus e a situação na Hungria

Na quarta-feira, os Deputados debateram o Conselho Europeu de dezembro, a preparação do Conselho extraordinário de 1 de fevereiro e avaliaram a situação na Hungria (detalhe [aqui](#) e debate na íntegra [aqui](#)).

Este foi o **debate mais longo e controverso desta sessão plenária**, tendo sido muito mais centrado na Hungria (e naquilo que alguns Deputados consideram "chantagem" do governo húngaro em relação à revisão do Quadro Financeiro Plurianual), ao mesmo tempo que criticaram a linha de ação da Comissão no que se refere ao desembolso dos fundos congelados da UE à Hungria. O debate sobre a Hungria foi encerrado com a adoção de uma resolução na quinta-feira (345 votos a favor, 104 contra e 29 abstenções, disponível [aqui](#)).

Em nome da Presidência belga do Conselho da UE, a Ministra dos Negócios Estrangeiros, Hadja Lahbib, disse esperar que os 27 Estados-Membros cheguem a um acordo no dia 1 de fevereiro sobre a reforma do orçamento de longo prazo da UE, que servirá de base para as negociações com o PE. Relativamente à Hungria, Lahbib afirmou que a Presidência vai continuar a trabalhar no processo em curso ao abrigo do n.º 1 do artigo 7 do TUE, sublinhando que a avaliação da implementação das reformas pelas autoridades húngaras - para permitir o descongelamento dos fundos da UE - é uma **tarefa da Comissão**. "*Esperamos que o diálogo entre a Hungria e a Comissão dê frutos*", afirmou Lahbib.

A Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen (discurso [aqui](#)), destacou o papel crucial da UE a nível global "*numa era de confrontos e conflitos, de fragmentação e medo*". A Presidente salientou as decisões significativas tomadas pela UE, como o novo pacto de migração e asilo e a abertura de negociações de adesão com a Ucrânia, elogiando esta última pelas suas reformas democráticas rápidas e abrangentes. Salientou o compromisso da UE com uma política de alargamento ambiciosa, que prevê uma União com mais de 30 Estados-Membros. Enfatizou igualmente a necessidade de rever o orçamento da UE para garantir a continuação de um apoio substancial e sustentável à Ucrânia. Ao abordar a situação na Hungria, a Presidente von der Leyen defendeu a recente decisão de disponibilizar uma parte dos fundos comunitários retidos, que foi tomada na sequência da adoção pela Hungria de reformas judiciais em resposta a várias recomendações da UE, acrescentando que cerca de 20 mil milhões de euros continuam congelados.

No debate, vários Deputados elogiaram as decisões históricas do Conselho Europeu sobre o alargamento da UE, como a abertura de negociações de adesão com a Ucrânia, mas ficaram desapontados com a falta de acordo sobre a revisão do orçamento de longo prazo da UE. Consideraram que o Conselho Europeu tem de apresentar resultados e estar preparado para considerar todas as opções possíveis, sugerindo a possibilidade de uma cooperação reforçada ou de avançar com o procedimento previsto no artigo 7º para retirar à Hungria os seus direitos de voto.

Vários intervenientes instaram os líderes da UE a não cederem à chantagem da Hungria, a fornecerem mais informações sobre o desbloqueamento pela Comissão de elementos do financiamento da UE que foram congelados devido ao mecanismo do Estado de direito e a responderem aos pedidos do Parlamento Europeu ao abrigo do artigo 7. Foi sublinhada, porém, a necessidade de manter uma comunicação aberta com a Hungria e de ouvir as suas preocupações.

Reforma da regras de governação económica

O PE adotou o seu **mandato negocial para procurar chegar a acordo com o Conselho relativamente às novas regras de governação económica** (detalhe [aqui](#)). O texto foi aprovado com 431 votos a favor, 172 votos contra e quatro abstenções, sendo que as negociações (trílogo) se iniciaram de imediato. Esta legislação substituirá o regulamento relativo à supervisão orçamental multilateral, a chamada «vertente preventiva do Pacto de Estabilidade e Crescimento», e contém alterações significativas à [proposta inicial da Comissão](#). Demos nota do mandato negocial do Conselho no ponto 7 da Síntese anterior ([aqui](#)).²

O mandato (detalhe [aqui](#)) foi preparado pelos correlatores [Esther De Lange](#) (PPE, Países Baixos) e [Margarida Marques](#) (S&D, Portugal). [José Gusmão](#), do Grupo da Esquerda (Portugal), é um dos relatores-sombra.

Durante o debate, a correlatora [Margarida Marques](#) (S&D, Portugal) afirmou: «*Estamos orgulhosos da nossa proposta, que proporciona uma forte dimensão social, mais flexibilidade na gestão da dívida e incentivos para investir nas principais prioridades da UE, como o clima, o digital, a defesa e os setores sociais. A nossa prioridade é agora chegar a um acordo final a tempo de evitar voltar às atuais e ineficientes regras orçamentais e implementar um novo quadro que impeça o regresso das políticas de austeridade.*»

A correlatora [Esther De Lange](#) (PPE, Países Baixos) declarou: «*Não se pode escapar à responsabilidade pelo amanhã, escapando-o hoje. O texto que estamos a votar introduz alguma margem de flexibilidade, nomeadamente para permitir os investimentos necessários no domínio do clima, mas baseia-se também em finanças sustentáveis para evitar sobrecarregar as gerações futuras com uma dívida excessiva.*»

Implementação dos Tratados no que diz respeito aos Parlamentos nacionais

Foi aprovado, por 453 votos a favor, 85 contra e 95 abstenções, o **relatório do Deputado português [Paulo Rangel](#) (PPE) sobre a forma como são aplicadas as disposições do Tratado relativas ao papel dos Parlamentos nacionais na UE**, apresentando propostas para melhorar a tomada de decisões democráticas a nível da UE (detalhe [aqui](#)).

Este relatório (disponível [aqui](#)) aborda o papel dos Parlamentos nacionais no controlo da atividade governamental, o desenvolvimento de uma esfera pública europeia, a reforma do "sistema de alerta precoce" para conflitos entre competências nacionais e da UE, o seu direito à informação e uma melhor cooperação.

O PE apela a um acesso adequado à informação e à transparência dos métodos de trabalho nas instituições da UE (e no Conselho, em particular, no que se refere aos registos de votação e às posições) e a um papel mais forte dos Parlamentos nacionais na execução do orçamento e no diálogo sobre as políticas económicas.

O PE propõe ainda a realização de uma Semana Europeia anual que permita aos Deputados europeus, aos Comissários e aos ministros da Presidência do Conselho debater a agenda da UE com os Deputados dos Estados-Membros e dos países candidatos. Sugere-se, ainda, a criação de mecanismos para melhorar a aplicação dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade, bem como de um **procedimento de "cartão verde"**, **através do qual um terço dos Parlamentos nacionais poderá solicitar a elaboração de propostas**

² Dois outros textos completam a revisão do quadro da governação económica da União Europeia: i) a vertente corretiva do Pacto de Estabilidade e Crescimento, que assegura que os Estados-Membros adotem respostas políticas adequadas para corrigir défices excessivos (e/ou dívidas) através do procedimento correspondente; ii) a diretiva relativa aos quadros orçamentais, que estabelece regras pormenorizadas para os orçamentos nacionais. Estas são necessárias para garantir que os governos da UE respeitem os requisitos da União Económica e Monetária e não registem défices excessivos. No entanto, este não são abrangidos pelo processo legislativo ordinário e a sua aprovação em Plenário não é necessária para o início das negociações com os Estados-Membros.

legislativas da UE. Os partidos europeus devem também ganhar um papel mais forte nas esferas políticas dos Estados-Membros, tendo em vista uma cooperação interinstitucional plena.

O relator Paulo RANGEL (PPE, Portugal) afirmou durante o debate em plenário: *"Os Parlamentos nacionais são uma parte essencial da democracia europeia, pelo que a sua capacidade de atuação a nível da UE pode e deve ser sempre melhorada. No que diz respeito à subsidiariedade em particular, sabemos que poderia haver um maior controlo das políticas europeias e dos governos nacionais - o que também se reflectiu nas propostas da Conferência sobre o Futuro da Europa. [...] O papel dos parlamentos nacionais a nível europeu é representar a diversidade política de cada Estado, assegurando que diferentes propostas políticas, para além das que os governos defendem, são trazidas para a mesa, e é nessa direção que o relatório aponta."*

Aplicação das disposições do Tratado relativas à cidadania da UE

O PE aprovou um relatório com propostas concretas sobre a forma como os direitos dos cidadãos europeus ao abrigo dos Tratados devem ser defendidos e reforçados (detalhe [aqui](#)). Aprovado com 437 votos a favor, 158 contra e 41 abstenções, sugere medidas para reforçar os direitos dos cidadãos europeus e a sua ligação à União, nomeadamente através da criação de um Estatuto da Cidadania da UE - reiterando o apelo dos Deputados lançado em 2022.

No que diz respeito aos direitos políticos, lamenta-se que os "[cidadãos móveis](#)" tenham menos probabilidades de exercer o seu direito de voto e de se candidatarem a eleições europeias e municipais, e estão muito preocupados com a prática de alguns países da UE de privar os seus cidadãos do direito de voto nas eleições parlamentares nacionais quando vivem no estrangeiro de forma permanente ou temporária.

O Parlamento visa ainda:

- *garantir uma proteção consular adequada e igual para todos os europeus;*
- *estabelecer uma Carta Europeia dos Direitos Digitais vinculativa;*
- *criar mecanismos de participação melhores e mais fáceis de utilizar, nomeadamente um mecanismo permanente de consulta dos cidadãos, incluindo uma plataforma digital; e*
- *pôr termo aos chamados programas de "vistos dourados" e "passaportes dourados", que conduzem à [venda e ao abuso da cidadania da UE](#).*

Os Deputados apelam ainda à aplicação uniforme de normas para a liberdade de circulação, especialmente no que se refere à adesão da Bulgária e da Roménia ao Espaço Schengen, bem como para os casais do mesmo sexo (cujo estatuto jurídico não é aceite de forma uniforme em toda a UE) e os seus filhos. Além disso, propõe-se:

- *uma representação democrática equilibrada em termos de género nas listas eleitorais;*
- *o reconhecimento dos períodos de estudo como equivalentes à possibilidade de trabalhar noutro país da UE*
- *o acesso universal à Internet;*
- *a gestão da própria identidade digital, indo mais longe do que as regras actuais; e*
- *a herança digital dos dados de uma pessoa falecida.*

Influência da China em infraestruturas críticas

O PE aprovou uma resolução (detalhe [aqui](#)) em que alerta para o facto de que **os ativos críticos europeus, como portos e redes de transporte, são suscetíveis à influência da China** e devem ser submetidos a uma análise obrigatória para excluir investimentos suspeitos. Tendo como relator [Klemen GROŠELJ](#) (Renew, Eslovénia), foi aprovada por 565 votos a favor, 26 contra e 31 abstenções, e ali se pode ler que a **China**, através da sua [estratégia de fusão civil-militar](#), está a **conseguir ganhar acesso e a exercer influência sobre as infraestruturas críticas europeias**. Esta estratégia visa sectores de importância vital para a UE, como as infraestruturas de transporte e os portos, as redes de telecomunicações, os metais raros e os cabos submarinos.

O PE nota que a estratégia de fusão civil-militar é um programa do Estado chinês, que instrumentaliza todos os níveis do poder estatal e comercial, de modo a reforçar o Partido Comunista Chinês e o seu braço armado, o Exército Popular de Libertação. Receiam que esta estratégia vise a transferência de tecnologia utilizada em atividades civis para as forças armadas chinesas, com o objetivo de aumentar o domínio deste país sobre nações estrangeiras e minar os seus rivais geopolíticos.

Por outro lado, foi aprovada outra resolução (585 votos a favor, 21 contra e 26 abstenções) sobre uma estratégia portuária europeia abrangente, do relator [Tom Berendsen](#) (PPE, Países Baixos), que sublinha que os portos desempenham um papel crucial na economia, e reitera os avisos dos serviços de informação sobre os riscos que a presença económica de países terceiros nos portos europeus podem ter para a dependência económica, espionagem ou sabotagem. Apela-se à Comissão e aos governos da UE para que efetuem urgentemente uma **avaliação dos riscos** associados a esta matéria, instando a Comissão a apresentar uma estratégia europeia dos portos até ao final de 2024.

Streaming de música: justiça de mercado

O PE apelou à adoção de regras da União Europeia para garantir que o **setor do streaming de música seja justo, sustentável e que promova a diversidade cultural** (detalhe [aqui](#)). Numa resolução aprovada por 532 votos a favor, 61 contra e 33 abstenções, os Deputados solicitam que o desequilíbrio na afetação das receitas do mercado de streaming de música seja corrigido, uma vez que o quadro atual permite que [a maioria dos autores ou intérpretes não recebam uma remuneração suficiente](#).

Atualmente, as plataformas de música digital e os serviços de partilha de música proporcionam acesso a até 100 milhões de faixas, quer gratuitamente, quer mediante uma taxa mensal de subscrição relativamente baixa. O streaming representa 67% da receita global do setor da música, com uma receita anual de 22,6 mil milhões de dólares.

Neste sentido, solicita-se à **Comissão um quadro jurídico da União Europeia para regular as plataformas de streaming de forma harmonizada e colmatar a atual ausência de regras**. Os Deputados defendem a revisão das «taxas de royalties anteriores à era digital» e condenam os chamados [esquemas «payola»](#), que obrigam os autores a aceitar uma remuneração mais baixa ou mesmo nenhuma remuneração, em troca de uma maior visibilidade. Esta legislação deve obrigar as plataformas a tornar transparentes os seus algoritmos e as suas ferramentas de recomendação, a fim de evitar práticas desleais, como a manipulação de números de transmissão em contínuo, alegadamente para reduzir ainda mais as receitas dos artistas.

Outros debates

- Erasmus ([aqui](#))
- Criminalização do discurso de ódio ([aqui](#))
- Papel global da UE na prevenção de conflitos ([aqui](#))
- Estado de direito na Eslováquia ([aqui](#))
- Mundos virtuais e web 4.0 ([aqui](#))
- Proibição de branqueamento ecológico em produtos ([aqui](#))

2. CRISE NO MAR VERMELHO - AÇÃO DA UE

A UE está a preparar **uma missão militar para proteger a liberdade de navegação ao longo da rota crucial que conduz ao Canal do Suez**, que liga a Europa à Ásia. De facto, a proteção marítima no Mar Vermelho diminuiu significativamente nas últimas semanas devido aos ataques do movimento xiita **Houthi** (no Iémen, mais informação sobre este movimento [aqui](#)) contra a navegação marítima, que fizeram saber que continuarão a atacar navios que tenham ligações (ainda que ténues) com Israel.

A UE tem estado a acompanhar esta matéria, e o Serviço Europeu de Ação Externa (SEAE) elaborou uma análise da situação atual e uma proposta de ação concreta. Considera-se que, face à volatilidade da situação de segurança no Mar Vermelho, os operadores de navios europeus deixaram de navegar na zona e ordenaram aos navios mercantes sob a sua autoridade que contornassem o Cabo da Boa Esperança, apesar dos custos e do tempo acrescidos que isso implica. Em resposta a estes ataques, a Marinha dos EUA, liderando as Forças Marítimas Combinadas (CMF), lançou uma nova Operação Marítima (PROSPERITY GUARDIAN) em 18 de dezembro. Os EUA apelaram aos parceiros (incluindo a Operação ATALANTA da UE) para que contribuíssem para esta operação.

Sem unanimidade entre os Estados-Membros da UE sobre a possível decisão de alargar o mandato da ATALANTA, e em conformidade com o compromisso da UE de atuar como um fornecedor credível de segurança marítima nesta região estratégica, o SEAE analisou outras opções no âmbito da Política Comum de Segurança e Defesa, através de um projeto de conceito de gestão de crises (CMC).

Assim, recomenda-se que seja **criada uma nova operação da UE mandatada para atuar numa área de operações mais vasta**, do Mar Vermelho ao Golfo, possivelmente com base nas estruturas e capacidades da operação de vigilância marítima AGENOR (que opera no estreito de Hormuz, detalhe [aqui](#), e de que Portugal faz parte). A operação executaria uma missão executiva de "proteção dos navios mercantes" e missões não executivas de "acompanhamento" e "conhecimento da situação marítima".

Este conceito de gestão de crises foi aprovado no Comité Político e de Segurança da UE no dia 16 de janeiro de 2024 e, nesta base, o Conselho adotará uma decisão que estabelece a Missão no Conselho dos Negócios Estrangeiros de 19 de fevereiro de 2024, de modo a **lançar a operação no final desse mês**.

3. EU TOP JOBS

Demos nota, na síntese anterior ([aqui](#)) do facto de que o atual Presidente do Conselho Europeu, o belga Charles Michel, ter anunciado que seria candidato às eleições para o PE de 6 a 9 de junho, o que significa que cessará antecipadamente as suas funções de Presidente do Conselho (que terminariam a 30 de novembro).

Isto representa uma **aceleração do calendário para a designação dos chamados top jobs a nível da UE** após as eleições europeias, o que fez com que, na última semana, tivessem surgido diversos nomes como potenciais candidatos a esses cargos. Assim sendo, foi anunciado que o atual Comissário Europeu para o Emprego e Direitos Sociais, o luxemburguês **Nicolas Schmit será o candidato principal (Spitzenkandidat) da família política socialista** (S&D, anúncio [aqui](#) à Presidência da Comissão Europeia. Por outro lado, e por sugestão do antigo chefe do governo italiano Matteo Renzi ([aqui](#)) o ex-Primeiro Ministro italiano Mario Draghi poderia ser o candidato a Presidente do Conselho Europeu. Finalmente, houve relatos da possibilidade teórica de haver uma distribuição destes lugares inteiramente por candidatas do sexo feminino (notícia [aqui](#)).

No que diz respeito ao PPE, e à candidatura à Presidência da Comissão Europeia, permanece por confirmar oficialmente a indicação de Ursula von der Leyen (artigo do Financial Times [aqui](#), para assinantes). Porém, está previsto que os líderes do PPE se reúnam à margem do Conselho Europeu de 1 de fevereiro para debater esta candidatura e que o partido alemão CDU, a que pertence a Presidente da Comissão, proceda à sua nomeação a meio de fevereiro. Deste modo, o congresso eleitoral do PPE, que se reunirá em Bucareste a 7 de março, poderia confirmar a candidatura de von der Leyen para um segundo mandato como Presidente da Comissão Europeia.

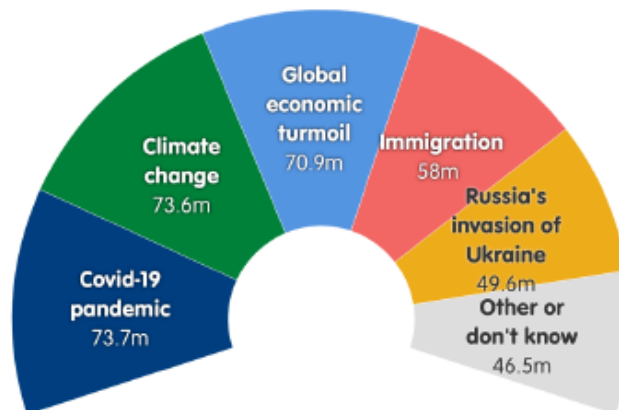


4. ELEIÇÕES PARA O PE - TEMAS PRINCIPAIS

Além das projeções **regulares sobre as próximas eleições para o PE de que temos dado nota** (cfr **Síntese n.º 190**), começam a surgir análise sobre os principais temas que poderão marcar a campanha. Esta semana, o *think tank* European Council on Foreign Relations publicou um estudo intitulado ***“A crisis of one’s own: The politics of trauma in Europe’s election year”*** (disponível [aqui](#) e o pdf [aqui](#)). Destacamos, em seguida, as principais conclusões do sumário executivo deste estudo:

- A política europeia não está simplesmente dividida entre esquerda e direita, e entre atitudes pró e contra a integração europeia - mas entre diferentes “tribos de crise” cujos membros foram traumatizados por acontecimentos fundamentais;
- Nas próximas eleições para o Parlamento Europeu, é improvável que a covid-19, a economia e a Ucrânia sejam as principais questões mobilizadoras. As **crises climática e migratória** estão a dominar as manchetes e serão especialmente influentes no sentido de voto dos cidadãos;
- Na última década, a Europa passou por crises económicas, de segurança, de saúde, climáticas e migratórias, que criaram identidades políticas que atravessam os países e entre eles;
- A Alemanha é o único país cujos cidadãos seleccionam a “imigração” como a questão que os afectou acima de tudo. Em França e na Dinamarca, os cidadãos escolhem as alterações climáticas como a crise mais importante. Os italianos e os portugueses apontam a turbulência económica mundial. Em Espanha, na Grã-Bretanha e na Roménia, a pandemia de covid-19 é a principal questão. Os estónios, os polacos e os dinamarqueses consideram a guerra na Ucrânia como a mais transformadora das crises.

Europe’s ‘crisis constituencies’.
In number of voters.



Based on responses to the question: “Which of the following issues has, over the past decade, most changed the way you look at your future?”

Population-weighted average across nine EU countries polled was used to calculate the share of different constituencies in the EU27’s voting age population of 372 million.

ECFR - ecfre.eu

Em termos metodológicos, o estudo nota que “(...) numa atmosfera de ansiedade em que 6 em cada 10 cidadãos sentem que os seus respectivos países estão a caminhar na direção errada, a divisão mais querida dos estrategas políticos - entre a esperança e o medo - tornou-se tão desequilibrada na direção do medo que já não ajuda tanto como antes.” questionando “Então, como devemos pensar sobre o futuro da política europeia?”

O inquérito foi feito em 11 países europeus: Estados da UE: Alemanha, França, Polónia, Itália, Espanha, Dinamarca, Roménia, Portugal e Estónia; e dois países europeus fora da UE - Grã-Bretanha e a Suíça. O estudo comparou o apoio partidário com as atitudes em diferentes áreas políticas e atitudes em relação ao desempenho

das instituições da UE e dos governos nacionais. A partir daí, nota-se que *“concluimos que a análise política prevalente não compreende os traumas existenciais concorrentes que atravessam os diferentes estados-membros e entre eles. Acreditamos que estes podem fazer luz sobre o futuro da política do continente.”*

5. "RUMO À NEUTRALIDADE CLIMÁTICA DA UE: PROGRESSOS, LACUNAS POLÍTICAS E OPORTUNIDADES"

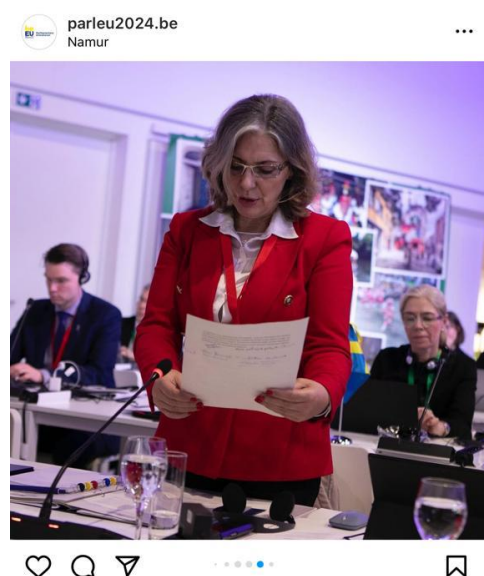
Foi publicado nesta semana o **primeiro relatório do Conselho Consultivo Científico Europeu para as Alterações Climáticas**, um órgão consultivo científico independente que foi criado pela Lei Europeia do Clima de 2021 com o mandato de servir de ponto de referência para a UE em matéria de conhecimentos científicos relacionados com as alterações climáticas.

Com base numa avaliação de mais de 80 indicadores, o relatório (disponível [aqui](#)) concluiu que **são necessários mais esforços em todos os sectores para atingir os objectivos climáticos da UE entre 2030 e 2050**, em especial nos sectores da construção, dos transportes, da agricultura e da silvicultura.

Em conformidade com o objetivo de limitar o aquecimento global a 1,5 °C sem que essa temperatura seja ultrapassada ou apenas limitada e temporariamente, o Conselho Consultivo recomendou, em junho passado, que a UE reduzisse as suas emissões de gases com efeito de estufa em 90-95% até 2040, em relação a 1990. Para tal, seria necessária uma aceleração significativa do atual ritmo de redução das emissões. O Conselho Consultivo reconhece o potencial do pacote de medidas "Rumo a 55" para acelerar a descarbonização da UE, mas adverte que são imperativas medidas adicionais para que a UE possa atingir o seu objetivo de neutralidade climática até 2050, o mais tardar. Tendo isto em conta, o Conselho Consultivo apresenta **13 recomendações fundamentais para uma aplicação e conceção mais eficazes do quadro político da UE em matéria de clima**. Para tal, será necessário agir nos próximos anos, tanto para aplicar efetivamente a legislação recentemente acordada como para iniciar os preparativos para o quadro da política climática pós-2030.

6. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR

Teve lugar, nos dias 14 e 15 de janeiro, em Namur, **a reunião dos Presidentes da COSAC** (Conferência das Comissões de Assuntos Europeus dos Parlaentos da UE), e a AR esteve representada pela Sra. Deputada Cristina Mendes da Silva (PS), membro da Comissão de Assuntos Europeus. O detalhe da reunião está disponível [aqui](#) e a gravação dos debates [aqui](#).



A conferência teve três sessões de trabalho: i) *As prioridades da presidência belga do Conselho da UE*; ii) *O Pilar Europeu dos Direitos Sociais*; e iii) *O alargamento e o seu impacto no futuro da UE*.

7. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Eurogrupo

Realizado a 15 de janeiro, debateu os [projetos de recomendações sobre a política económica da área do euro para 2024](#), antes da sua aprovação na reunião do Conselho ECOFIN de 16 de janeiro. O Presidente do Eurogrupo apresentou o [programa de trabalho do Eurogrupo](#) para o primeiro semestre deste ano. Os ministros apresentaram os seus pontos de vista e aprovaram o programa. Finalmente, o Eurogrupo fez o ponto da situação no que respeita à [ratificação](#) do acordo que altera o Tratado que cria o Mecanismo Europeu de Estabilidade. O Presidente do Eurogrupo, Paschal Donohoe, notou que *“a não ratificação deste tratado revisto significa que os nossos esforços no sentido de construir uma União Bancária continuam a carecer de um mecanismo comum de apoio para o Fundo Único de Resolução e a não dispor de um instrumento forte para nos ajudar a fazer face aos efeitos das dificuldades do setor bancário.”*

Conselho de Assuntos Económicos e Financeiros (ECOFIN)

A 16 de janeiro, a Presidência belga apresentou o seu programa de trabalho para o primeiro semestre do ano no que diz respeito aos assuntos económicos e financeiros, que se centrará na conclusão da [análise da governação económica da União, na prossecução do apoio financeiro à Ucrânia e na legislação que rege a União Bancária e a União dos Mercados de Capitais](#). Além disso, a Presidência irá debruçar-se sobre a redução dos desvios do IVA, os recursos próprios da UE, a conclusão da revisão intercalar do Quadro Financeiro Plurianual (QFP) e a revisão da legislação relacionada com o código aduaneiro, bem como sobre as regras de tributação do teletrabalho transfronteiriço.

O Conselho iniciou o processo anual do Semestre Europeu de acompanhamento das políticas económicas, de emprego e orçamentais dos Estados-Membros. Aprovou o projeto de Recomendação sobre a política económica da área do euro para 2024, que será apresentada ao Conselho Europeu para aprovação na sua reunião de março,

Os ministros tomaram nota da situação atual em termos do impacto económico e financeiro da agressão da Rússia contra a Ucrânia. Receberam informações atualizadas da Comissão sobre a situação económica e orçamental na Ucrânia e debateram o apoio financeiro da UE ao país e os trabalhos em curso sobre a utilização dos bens congelados e imobilizados.

Conselho informal de Ambiente

Realizou-se em 15 e 16 de janeiro de 2024, em Bruxelas, tendo os debates sido centrados em três temas principais que são fundamentais para a Presidência belga do Conselho da UE: [adaptação e resiliência, economia circular e transição justa](#). A Presidência disponibilizou uma nota com a síntese dos trabalhos, disponível [aqui](#).

8. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

A próxima semana será dedicada aos trabalhos das Comissões parlamentares (detalhe [aqui](#)) e a uma [sessão plenária](#) no dia 25, para comemoração do Dia Internacional da Memória do Holocausto, com um discurso de Irene Shashar, sobrevivente do Holocausto.

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) terá lugar no dia [24 de janeiro](#).

Conselho da União Europeia

O [calendário](#) completo está disponível, destacando-se: as Orientações sobre as normas éticas para a participação dos membros do Colégio na campanha eleitoral para o Parlamento Europeu; a Iniciativa para abrir a capacidade dos supercomputadores europeus a empresas em fase de arranque de inteligência artificial éticas e responsáveis; e o Pacote de segurança económica.

- 22 de janeiro: [Conselho dos Negócios Estrangeiros](#) e [Reunião informal dos ministros responsáveis pelo Comércio \(22 e 23.01\)](#)
- 23 de janeiro: [Conselho de Associação UE-Egito](#) e [Conselho \(Agricultura e Pescas\)](#)
- 24 a 26 de janeiro: [Reunião informal dos ministros da Justiça e Assuntos Internos](#)

Cooperação interparlamentar

Terá lugar, nos dias 21 e 22 de janeiro, em Bruxelas, uma reunião da dimensão parlamentar da Presidência belga do Conselho da UE. Trata-se da Conferência Interparlamentar dedicada ao tema «**Políticas Urbanas da UE**», e a AR estará representada pelos Senhores Deputados José Carlos Barbosa (PS) e Patrícia Dantas (PSD), pela Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação, e Diogo Cunha (PS) e Alexandre Simões (PSD), pela Comissão de Ambiente e Energia. O detalhe da reunião está disponível [aqui](#).

Bruxelas | 19 janeiro de 2024

Para mais informações: [Bruno Dias Pinheiro](#), Representante Permanente da AR junto da UE.

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).